

Estado e Nação no pensamento de Ortega y Gasset

Prof. Dr. José Maurício de Carvalho
(UFSJ - São João del Rei-MG - Brasil)
mauricio@ufs.edu.br

Resumo: Este artigo examina o significado de Estado e Nação no pensamento do filósofo espanhol Ortega y Gasset. Os termos são importantes para o desvendamento de seu pensamento político, quer porque eles estão na base das práticas da chamada nova política, quer porque explicitam aspectos teóricos de sua visão das minorias e de sua compreensão do liberalismo.

Palavras-chave: Política; Nação; Estado; Minorias; Sociedade.

1. Considerações iniciais

O homem vive num meio cultural que, para Ortega y Gasset¹, constitui uma espécie de segunda pele que o envolve e o protege das dificuldades naturais. Dentro dessa cobertura ele se sente confortável e como que em casa. Esse segundo envoltório é parte integrante de sua vida e traduz a dimensão social de sua existência. A vida social é típica da humanidade porque o convívio dos animais que também formam grupos realiza-se de maneira tão diversa da sociedade humana que não poderíamos dizer que formigas e abelhas, por exemplo, tenham vida social, apesar de viverem coletivamente.

O viver em sociedade é um aspecto da existência humana e faz parte da sua circunstância². “O viver tem, pois mais de um ingrediente, há o eu e há a circunstância”

¹ José Ortega y Gasset, escritor e filósofo espanhol, nasceu e morreu em Madrid, respectivamente nos anos de 1883 e 1955. Começou seus estudos no Colégio Jesuíta próximo à Málaga (Andaluzia). Mais tarde estudou nas Universidades de Marburgo, Leipzig e Berlin (Alemanha). Voltando à pátria em 1914, tornou-se professor na Universidade de Madrid. Em 1923, fundou a conhecida *Revista do Ocidente*. Em 1931, teve breve experiência política, elegendo-se deputado da República. Entre os anos de 1920 e 1933, desenvolve suas principais ideias políticas que examinaremos neste trabalho. Com a explosão da Guerra Civil, em 1936, é obrigado a deixar a cátedra e refugiar-se no exterior. Reside muito tempo longe de seu país em vários países: França, Holanda, Portugal e Alemanha, voltando à Espanha em 1948. No mesmo ano, funda, com Julián Marías, o Instituto de Humanidades. Suas obras mais importantes são: *Meditações do Quixote*, *A Desumanização da Arte*, *A rebelião das Massas* e *O Homem e a Gente*. Ortega y Gasset desenvolveu uma filosofia da vida, partindo de fonte diversa da empregada por Unamuno. Ele foi discípulo de Herman Cohen, mas revela influência de vários autores como observa Sciacca (1968): “Notam-se nele, além da escola neokantiana, as influências do historicismo de Dilthey, do relativismo de Simmel, do intuicionismo de Bergson e do vitalismo em geral” (v. III, p. 199).

² No artigo, “o conceito de circunstância em Ortega y Gasset”, tratamos do significado do termo no raciovitalismo orteguiano. Ali escrevemos (2009): “O conceito de circunstância contempla o entorno que não se resume à paisagem representada pelo ambiente social ou o nós. Este ponto é marcante no raciovitalismo, o entorno ao eu inclui a intimidade representada pelos mecanismos fisiológicos da vida, das leis que regem a

(CARVALHO, 2003, p. 35). A vida de cada um não deixa de ser, apesar de estar no meio de outras pessoas, uma realidade particularíssima. É na sociedade que se vive o desafio de alterar a circunstância. É isso que torna o viver uma realidade absolutamente singular. Vive-se na circunstância, mas ela não é o eu. A vida é um que fazer com a circunstância, é uma experiência que se vive na primeira pessoa ou uma jornada em solidão. Por essa razão, o sujeito é responsável pelas escolhas que faz. Essa realidade particular que é a vida de cada homem possui um lado de dentro e outro de fora, um estar voltado para si mesmo ou ensimesmar-se e um viver segundo normas, costumes, leis e verdades culturais ou alterar-se. Estar ora em si e ora fora de si cria uma situação instável, já que sempre haverá alguma distância entre os desejos e entendimentos dos indivíduos e as exigências do grupo e do meio natural. “O homem vive em sociedade e nela são comuns os conflitos. (...). O grupo impõe regras que precisamos aceitar” (CARVALHO, 1996, p. 86). Esse fato produz disputas, nos períodos tranquilos, e conflitos violentos nos momentos de mudança histórica ou de crise³.

alma e pelas expressões do pensamento ou espírito, tudo isto histórico e escondido em cada homem. Diz o filósofo em *Sobre la expresión fenómeno cósmico* (1925): “A diferença de todas as demais realidades do universo, a vida é constitutiva e irremediavelmente uma realidade oculta, inespacial, um arcano, um segredo!” (p. 578). A intimidade ou o lado de dentro que representa a parcela oculta da vida também circunscreve o eu, como também o envolve a situação exterior, a realidade social, econômica, política, temporal, em resumo cultural onde vivemos. O lado de fora do indivíduo, aquilo que se manifesta para os outros, é expressão do interior que se deixa ser conhecido pelo que aparece fora. O homem tem, pois um lado de fora e um de dentro e ambos circunscrevem o eu, sendo que o corpo põe à mostra a alma, diz o filósofo: “quando falamos com alguém estamos vendo sua alma como um mapa marinho diante de nós. E elegemos o que se pode dizer e desculpamos o que se deve calar, esquivando dos recifes daquela alma” (idem, p. 589). O que Ortega y Gasset está dizendo é que não somos de todo opacos, de algum modo nosso corpo deixa ver a alma, é transparente. A descrição do contorno do eu encontra a alma como o primeiro círculo e só depois aparece a dimensão social. No entanto, se as coisas parecem ser assim ao eu adulto, a gênese da circunstância e seu desenvolvimento não se dá nesta ordem. Primeiro o eu reconhece o nós, o cultural, o que está longe do eu e só depois é que descobre o lado de dentro. Ou, como afirma o filósofo em *Egípcios* (1925): “O que primeiro se forma de cada alma é sua periferia, a película que forma os demais, a pessoa e o eu social” (p. 716). Só depois descobrimos nossa intimidade como um mundo próprio de experiências íntimas, representações e sentimentos” (p. 335/336).

3 A explicação sobre o significado nas sociedades e da repercussão que ela tem na vida dos grupos e das pessoas foi tema do artigo *O século XX em El Espectador de Ortega y Gasset: a crise como desvio moral*, publicado em *Argumentos* 2 (4): 9-18. Ali afirmamos que (2010): “O nosso ponto de partida para entendermos o pensamento orteguiano sobre a crise é notar que a vida humana é histórica e que história significa mudança no modo como o mundo é percebido. Esta mudança pode ser considerada comum ou normal quando reflete a expectativa da nova geração. No entanto, as mudanças podem aparecer como um desmoronamento das crenças e a imposição de uma nova concepção de mundo. Neste caso falamos de crise e elas adquirem a extensão de um século como ocorre no século XX, às vezes são ainda mais longas. Naquele

Revista *Estudos Filosóficos* nº 6/2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 88-101

O viver em um meio social, que é histórico assim como o sujeito, torna a vida coletiva uma realidade importante a ser estudada. Os usos e costumes são herdados como outras criações de gerações passadas também o são. Esse é um processo contínuo, pois o produto cultural herdado é modificado, ampliado, retificado pelas gerações antes de ser repassado à próxima. As formas de organização política, práticas administrativas, procedimentos de mando, tudo isso integra a cultura, é herdado, avaliado e transmitido.

Este artigo examina um aspecto do pensamento político de Ortega y Gasset: a inserção do homem espanhol na nacionalidade e no seu Estado na primeira metade do século XX. O espanhol experimentou uma vida social entre o sentido de pertença à nacionalidade e a experiência de ser cidadão de um Estado moderno. Em outras palavras, vamos examinar o significado de Estado e Nação no pensamento político de Ortega y Gasset.

O assunto tem importância no conjunto de suas teses porque o homem do século XX vivia uma séria crise e Ortega y Gasset concluiu que na política havia respostas, ainda que só para parte dela. A crise do ocidente tinha pontos comuns em todo canto, mas repercutia no interior de cada país de modo singular. O fato representava um desafio a ser considerado na reorganização e atualização do Estado espanhol, uma grande tarefa para aqueles dias. Em outras palavras, as ações políticas precisavam considerar a circunstância histórica que então se vivia.

2. Estado e Nação

O homem espanhol vive num Estado moderno, seu modo de ser é afetado por essa circunstância. Ele não é, contudo, um sujeito que se entusiasme por questões políticas. Ao contrário de outros povos, o espanhol vive à espera de que surja espontaneamente algum movimento político ao qual possa aderir, avaliou Ortega y Gasset quando tratou do caráter do seu povo. Infelizmente, essa não é uma coisa que ocorra facilmente e, em tempos de crise, a emergência espontânea de movimentos políticos de qualidade é ainda mais difícil de ocorrer. Assim, não havia no horizonte da história política nada que empolgasse o

século tivemos crise porque houve alteração no sistema de crenças que foi partilhada por gerações anteriores e que ficou perdida com as mudanças”(p. 14/5).

Revista *Estudos Filosóficos* nº 6 /2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 88-101

espanhol. Por outro lado, em *Vaguedades* (1925), o filósofo escreve que, apesar dessa apatia, havia uma tarefa necessária e inadiável no horizonte: fazer “uma reforma profunda da nação espanhola e, de pronto, do Estado espanhol” (p. 50).

Reformar o Estado espanhol era diferente de modificar a sociedade. Embora tarefa urgente e importante, não era coisa fácil e a missão parecia ainda mais difícil em razão do mencionado marasmo do cidadão espanhol em matéria política. Prova desse desinteresse, observou o filósofo, foi a forma passiva e descomprometida que os espanhóis assistiram ao fechamento do Parlamento, o que é fato grave e perturbador em qualquer outro Estado. Afirma o filósofo no ensaio *Entreacto Polémico* (1925): “A reconstrução de uma Espanha vigorosa e livre, pelo menos de um Estado cujo mecanismo institucional se incorpore enérgico, impondo respeito a toda frivolidade interior, é coisa nada fácil de que apenas se começou a falar” (p. 69).

A reforma na organização do Estado, que o filósofo considerava fundamental, não podia nascer de revoluções violentas. O resultado das revoluções é a revolta e ela não provoca transformações profundas no tecido social, isto é, não compromete os cidadãos com as modificações na sociedade. As mudanças importantes na vida social necessitam do consentimento e da adesão livre do cidadão. Essa atitude, válida de modo geral para todos os povos, era ainda mais necessária entre os espanhóis a quem o caráter pacífico repugnava ações violentas, conforme ele explica em *Puntos esenciales*. Isso foi dito num texto elaborado como guia prático de atuação política do grupo parlamentar que ele integrou⁴. Ele escreveu no documento citado (1931): “O caráter espanhol não tolera a truculência na vida pública” (p. 137).

A reforma do Estado espanhol parecia-lhe fundamental porque a estrutura formal do Estado não é um apêndice da sociedade, algo artificial e distante da vida dos cidadãos. Ao

⁴ *Puntos esenciales* é um documento escrito por Ortega y Gasset com o apoio de dois colegas que formavam com ele um grupo de atuação parlamentar no curto período que o filósofo se aventurou na política espanhola. O eixo temático do documento é a defesa da República e críticas ao governo monárquico que fora incapaz de enfrentar as dificuldades vividas pela Espanha no período que antecedeu a implantação da República. O grupo não formava propriamente um partido, nem era a raiz de um, mas um movimento antimonárquico que pretendia preparar a constituinte encarregada de reformar a vida política da Espanha. O documento trazia o que pensavam ser os problemas constitucionais, os problemas da vida local e do Estado, o sentido de federalismo, as dificuldades da economia, as relações Igreja e Estado, entre outros assuntos.

contrário, a organização do poder é assunto crucial e interessa a qualquer sociedade. É importante para qualquer grupo humano estabelecer claramente quem manda e como o faz. Foi o que o filósofo explicou em *Antitópicos* (1931): “O mais importante que há em uma nação é o seu Estado, seu poder político, ou, o que é igual, a questão de saber quem manda nela” (p. 150).

A reforma desejada para o universo político não podia se restringir aos problemas próximos e concretos da vida social. Esses problemas são importantes e incomodam o cidadão. Contudo, se ficarmos só neles, sem ir aos problemas estruturais, deixa-se de fora assuntos fundamentais e insuprimíveis, como “os de direito público, de ordem moral e cultural” (p. 166), conforme ele esclarece em *Siguen los problemas concretos* (1931). Muitas vezes, é o que ocorre: ao se restringir aos problemas concretos, os políticos negligenciam muitos outros que são ainda mais fundamentais. Entre os problemas fundantes da sociedade espanhola estavam alguns importantes, pois, com a globalização das comunicações, os assuntos ligados à inteligência e à organização administrativa dos povos ganharam visibilidade em todo canto, dentro e fora do país. Já não era possível naqueles dias pensar que a vida na aldeia estivesse fora do foco da atenção cidadã, mesmo sabendo que os aldeões se interessam menos que os homens das grandes cidades por diferenças ideológicas presentes no discurso político.

No que se refere à desatenção para com o direito administrativo e a organização do poder, muitas vezes o Estado recorre à força para solucionar problemas que deveriam ser tratados com reformas administrativas e por ações morais. Quando assim procede, o Estado contorna as ações morais e a legalidade, convertendo-se, afirma Ortega y Gasset em *Un proyecto* (1930), “em um simples Estado de força” (p. 282). Um Estado que atua dessa forma elimina as iniciativas políticas saudáveis e o hábito da participação popular na vida pública, fato que ocorrera na Espanha. Ele diz que “é uma vergonha que dez meses depois de se encerrar a Ditadura não se ouse falar em público no país” (*idem*, p. 288)⁵. A falta de

5 A ditadura a que ele se refere é ao governo de Primo de Riveira. Embora o ditador tenha quebrado a ordem institucional, muita gente na Espanha não se incomodava com o fato, pois argumentava que o governo não havia ferido a ordem jurídica porque não matara ninguém. Porém, não haver ferido este princípio legal típico das nações civilizadas não lhe assegurava sem mais sustentação jurídica, nem significava que o governo respeitava e aperfeiçoava a ordem legal vigente, avaliava Ortega y Gasset. A legislação da Espanha não se limita a proibir o assassinato, mas interdita muitas outras coisas. Ele explicou em *El error Berenguer* que

Revista *Estudos Filosóficos* nº 6/2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 88-101

participação cidadã nos assuntos de política, associada à fragilidade da opinião pública espanhola, eram motivos adicionais para o filósofo rejeitar a revolução como via de transmutação da sociedade espanhola. Essas, mesmo quando vitoriosas, pouco favorecem na reorganização social, pois transformações só são consistentes em política quando chegam sem o uso da força e convencem as pessoas.

A reorganização da vida político-administrativa da Espanha viria, assim acreditava Ortega y Gasset, com os trabalhos de uma assembleia constituinte da qual fariam parte umas duzentas pessoas. Além dos partidos, o grupo de constituintes seria composto por outros representantes da sociedade, que o filósofo denominava grandes forças sociais, das quais faziam parte: “industriais, banqueiros, universitários, trabalhadores, associações de produtores, imprensa, letras, etc.” (*idem*, p. 289). O movimento, ele adverte, somente seria exitoso se todo espanhol “resolvesse colocar em atividade o melhor de si mesmo, com o propósito de surpreender o mundo, dando à grave situação da Espanha uma solução exemplar” (*ibidem*). O entendimento orteguiano de que as mudanças significativas no campo social apenas ocorrem quando as pessoas aderem a elas como compromisso vital é o eixo de suas teses morais. Esse compromisso se expressa numa missão de vida que é mais ampla do que o trabalho que se tem. Como já explicamos (2002, p. 126): “A missão de cada um não se confunde com a profissão que ele escolhe (...). A missão é executada no ambiente social e histórico, que constitui a casa do homem, mas que é tarefa pessoal. Ortega y Gasset observa que a vida humana contempla essas dimensões porque o viver é escolher”.

Com a opção pacífica pela forma republicana de governo feita pelos espanhóis, Ortega y Gasset entendia que o país entrava numa outra fase de sua história. A monarquia assistira inerte a todos os males da chamada velha política. A opção republicana representava o desejo de mudança da sociedade. Velha política, na avaliação do filósofo, era a que resultava das práticas tradicionais. Como era a política espanhola? Cada região elegia um deputado que pouco representava a região, mas se tornava o agente dos favores que o poder central ali distribuía. Com isso, ele adquiria prestígio e consolidava seu mando

(1994): “Há quem acredita que a Ditadura não matou, porém isto, precisamente isto, acreditar que o Direito se resume em não matar, é uma ideia de Direito inferior a que tiveram os povos selvagens” (p. 276).

regional. A esse curioso fenômeno político o filósofo denominou caciquismo. O resultado do caciquismo era que o homem da província desinteressava-se pela política, embora gostasse dos favores que o governo central concedia à região por intermédio do cacique. Ortega y Gasset esperava alterar a velha política com a criação dos parlamentos regionais que ficariam encarregados das questões locais, de onde partiriam representantes para debater os grandes temas nacionais em Madri. O uso do Estado para alterar modos de vida e educar o cidadão era o principal eixo articulador da nova política.

Na nova política o Estado se colocaria a serviço da sociedade ou da nacionalidade, ajudando a transformá-la. Essa tese possui um significado importante: o Estado está a serviço da nação e não o contrário como divulgava o nazi-fascismo. Eis a posição que assume no *Discurso em Leon* (1931):

O Estado é uma imensa máquina que a coletividade nacional constrói para o serviço da vida pública; e o processo que se segue para inventar uma máquina é: primeiro se fixa com toda clareza quais são as finalidades que se querem obter com ela, e logo se procura inventar as peças e os mecanismos que melhor produzem aquelas finalidades (p. 303).

Na compreensão orteguiana, o Estado era uma criação da nacionalidade e devia servi-la. Ele fora criado por um determinado povo, de um modo particular, para estar a seu serviço, o que significa que cada povo produz um tipo particular de Estado. Ortega y Gasset está nesse aspecto muito próximo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) para quem o povo cria um tipo específico de Estado⁶. O processo de criação do Estado, esclarece Ortega y Gasset, é comparável ao propósito do agricultor que diz ao engenheiro: “inventa para mim um trator que possa marchar bem sobre um terreno como o meu” (*Idem*, p. 303). O Estado é uma criação do povo e fica a seu serviço, e, neste sentido, vai além de Hegel.

Nos artigos e discursos que pronuncia no Parlamento e na Conferência *Retificación de la República* que fez na *Ópera de Madri* em 6 de dezembro de 1931, volta ao problema da relação entre o Estado e a Nação. Neles, aprofunda o sentido de dependência do

6 Na Introdução à História da Filosofia (1988), Hegel escreveu que “sempre que o espírito alcança determinado grau de autoconsciência, elabora e faz penetrar este princípio em suas múltiplas relações. Esse rico espírito dum povo é um organismo, semelhante a uma catedral” (p. 121). Hegel se refere às criações culturais, inclusive ao tipo de Estado que o povo cria, expressão do seu nível de desenvolvimento.

primeiro em relação à segunda. A Nação é a quem cabe organizar os interesses coletivos e é nela que está a alma do Estado e da ordem jurídica, que preserva a liberdade e a democracia contra as pretensões totalitárias dos que querem colocar a sociedade à serviço do Estado. Eis o que diz (1931):

A Nação é o ponto de vista no qual está integrada a vida coletiva por cima de todos os interesses pessoais de classe, de grupo ou de indivíduo, é a afirmação do Estado nacionalizado frente às tramas de todo gênero (...); é o princípio que em todas as partes está fazendo triunfar a jovem democracia (p. 413).

A nação é um grupo humano que recebeu de herança hábitos e costumes comuns, são os sujeitos que convivem com o mesmo destino histórico. No entanto, a nação não se define pelo que herdou, mas pelo que espera fazer no futuro com essa herança comum. No *Discurso em Oviedo*, pronunciado no *Teatro Campoamor*, Ortega y Gasset propõe a ideia de nação como um projeto de criação coletiva, com um trabalho por executar, como uma abertura para o futuro. Ele afirmou (1932):

Nação não é, antes de tudo, o passado; não é a história e a tradição. Nação é a obra comum que há que fazer, ou fazendo, ou como se diz também em outra preciosa palavra castelhana que vem da mesma raiz, que tem o mesmo sentido, o que há para fazer (p. 440).

O futuro de uma nação depende da sua capacidade de trabalhar. Não da disposição de uma parte dos seus membros como os operários ou os empresários, mas do esforço coletivo. Assim, o perfil da nação nasce do trabalho de todo seu povo, de tudo aquilo que ele cria. Vê-se que a palavra trabalho possui o sentido amplo de criação de bens e é resultado de tudo que se cria, inclusive os bens imateriais como as músicas, os poemas, danças, folclore, etc.

O Estado é parte do projeto nacional, representa a edificação de um poder público respeitável. E ele o será em virtude da dignidade das ações dos seus funcionários, pela atitude moral de seus dirigentes e pela justiça de suas decisões. Esse era o desafio a ser enfrentado naqueles dias, quando Ortega y Gasset não enxergava uma atuação adequada do Estado espanhol. No ensaio *Hacia um partido de la nacion*, ele se perguntava (1932):

Revista *Estudos Filosóficos* n° 6 /2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 88-101

“Como se fabrica, de verdade e seriamente, um Estado?” (p. 420). E responde: “eu creio que fazendo, aproximadamente, o contrário do que se vem fazendo nestes meses” (*Idem*, p. 420).

A criação de um Estado, pelo que foi afirmado pelo filósofo, exige mais que o estabelecimento de leis avançadas e duras. Mesmo quando uma lei dura atinge um cidadão, se ela foi aplicada corretamente e a todos os cidadãos do mesmo modo, acaba-se por ter respeito por ela. É com base nessa ideia de nação que Ortega y Gasset avalia que as Revoluções socialista, na Rússia, e fascista, na Itália, não tinham futuro, pois não brotavam da necessidade coletiva, mas representavam o desejo de alguns cidadãos contra outros. Finalmente, avalia o filósofo, como o Estado encarna o poder de uma nação, ele não pode estar associado a uma Igreja. Não faz sentido estabelecer privilégios para uma instituição religiosa por conta de sua aproximação do Estado. Dizer que o Estado é leigo não significa dizer que ele assume posições ateias, mas, simplesmente, que ele não privilegia nenhuma religião, segundo explica na *Circular* veiculada pelo seu grupo parlamentar. Ali esclarece (1932): “o Estado tem que ser rigorosamente laico. Laico não é ateu, é simplesmente nacional” (p. 430). Um Estado, produto de uma nação, não precisa manter-se distante das religiões, mas não pode privilegiar uma delas.

3. A nação e as minorias

Ao referir-se à nação como um conjunto de pessoas que, recebendo uma mesma herança, tinha por tarefa desenvolver um projeto comum, não quis o filósofo dizer que o grupo social é uma massa homogênea. O grupo social é formado de múltiplas minorias, ideia fundamental porque não é contrária à democracia, a não ser a um tipo específico, a democracia das massas. A existência das massas estava na origem da crise do ocidente vivida naqueles dias.

Toda nação depende de seus intelectuais e eles constituem uma de suas minorias. A inteligência tem uma finalidade específica na vida das pessoas, é uma habilidade. Cumpre uma finalidade no seio do grupo que só ela é capaz de realizar. Em *Imperativo de Intelectualidad* ele explica qual é essa finalidade (1922): “a inteligência criadora é estimada porque descobre verdades ou inventa belas imagens. Quando se pretende utilizar sua

autoridade para outras coisas, mesmo as mais santas, anula-se sua própria eficácia e se cai inevitavelmente em desprestígio” (p. 13).

A existência de minorias e de maiorias é um fenômeno comum em todas as sociedades, mas naquele momento as minorias e maiorias se comportavam de uma forma diferente de outros momentos da história. A maioria queria impor o seu estilo e a minoria não se empenhava em ser seguida e nem em se tornar admirável. Foi o que comentamos no artigo *O século XX em El Espectador de Ortega y Gasset: a crise como desvio moral*; uma e outra deixaram de cumprir os papéis que sempre tiveram (2010):

A característica fundamental da crise do século XX era uma atitude comum que, segundo Ortega, marcava a massa e a minoria da sociedade. É bom lembrar que para o filósofo esta é uma divisão comum a todas as sociedades. O que ele observa é que no século XX, as minorias mais bem educadas nos diversos campos culturais não assumiam a tarefa de dirigir a sociedade, não respondiam aos novos desafios que a vida apresentava, cultivavam um saber muito especializado e ignoravam quase todos os outros assuntos. Estas minorias não formam uma classe social ou um grupo, mas se definem pelas funções que possuem. A ignorância destas várias elites representa uma nova forma de barbárie que é complementada pela inocência infantil com que elas julgam a vida e a acham muito fácil. Esta interpretação que o filósofo concebe nos ensaios de *El Espectador* será desenvolvida em *La rebelión de las masas*, livro onde explica que o homem do seu tempo deixou de se empenhar com afinco na edificação de uma vida melhor. Este homem aceita a mesmice e se conforma com o modo de vida mais comum. Este doutor ignorante e infantil é o homem massa (p. 15).

Para cumprir sua vocação e o seu papel numa minoria importante, o intelectual precisa se submeter à rigorosa disciplina e exigência de objetividade, contínuo aperfeiçoamento da reflexão e permanente ampliação de suas ideias. No que tange às outras tarefas da sociedade, as competições esportivas, por exemplo, o intelectual não estará na minoria mais representativa. Assim, o correto é falar de minorias, uma nação tem muitas minorias e cada uma delas precisa mostrar, na sua área de competência, o mesmo empenho exigido dos intelectuais na tarefa que lhes é própria. Minorias tem a ver com mérito, esforço, dedicação. É seu talento excepcional que legitima sua liderança.

Uma das observações mais criativas da vida política espanhola, elaborada por Ortega y Gasset, relaciona-se à avaliação da qualidade dos políticos. Eles não eram piores que a sociedade, como usualmente avalia o cidadão comum, conclui o filósofo, são iguais. Ele afirma em *Ideas Políticas* (1922): “considero que é um dever opor-se à ideia, aventada em quase todas as cabeças espanholas, de que os governados somos melhores que os governantes, os eleitores, que os eleitos, a nação, que o Parlamento” (p. 18).

Na verdade, os representantes dos espanhóis eram iguais ao restante da sociedade e nisto consistia, essencialmente, o problema daqueles dias. Para que as coisas fossem melhor, a minoria política devia ser exemplar e, em o sendo, arrastasse a maioria com seus exemplos. Um dos erros da velha política foi justamente o da Coroa não haver atentado para a importância de se ter um bom Parlamento formado por pessoas excepcionais, deixando-o de lado e desprestigiando-o. A Coroa avaliou mal e entendeu que as dificuldades daquele momento para fazer as articulações políticas “era um sintoma patológico” (p. 22). O caminho era outro, observou Ortega y Gasset, devia-se prestigiar a instituição como o espaço de uma seleta minoria que, ele afirma no ensaio *Sobre la Vieja Política* (1923), “forme uma legião sagrada e arremeta contra a massa (...), sem outras armas que a nua e pura vontade” (p. 31).

Para se ter um governo estável não se podia prescindir do Parlamento e o dilema da Democracia era justamente o de encontrar um meio de melhor organizá-lo. Diz o filósofo que o futuro da Democracia depende do sucesso das suas mudanças. Sobre a tarefa da sociedade em tratar a Democracia, afirma: “ou acerta em reformá-la, ou desaparecerá como força histórica” (*idem*, p. 36).

O problema central do Parlamento espanhol observa o filósofo, é que ele se perde na discussão dos grandes assuntos nacionais e, quando os toma para examinar, suas lideranças parecem muito distantes dos reais interesses regionais que preocupam a maioria dos espanhóis. Portanto, é preciso constituir um Parlamento regional que discuta com eficiência as questões locais, deixando ao Parlamento Nacional apenas as grandes questões nacionais. Essa forma de ordenamento administrativo aproximaria o órgão das pessoas; ele cumpriria sua missão, deixando para trás os problemas oriundos do caciquismo e da inoperância administrativa próprias da velha política.

4. Considerações finais

As considerações sobre Estado e Nação fazem parte das reflexões de Ortega y Gasset sobre o universo político. Os conceitos são importantes pelas questões que envolvem. A primeira e mais urgente era a reforma da política espanhola, um conjunto de medidas necessárias para superar entraves ao desenvolvimento nacional. A reforma do Estado precisava vir de um projeto nacional, o que significa que o Estado era, para o filósofo, produto da nacionalidade. Por sua vez, se bem conduzida, a reforma criaria um instrumento poderoso de educação e formação do cidadão. Pensando dessa forma, o filósofo adotou posição oposta ao nazi-fascismo e ao socialismo soviético, teorias que submetiam o destino da sociedade ao controle e objetivos do Estado. Os conceitos marcam, portanto, posição do filósofo quanto ao enfrentamento de uma crise que estava atingindo toda a Europa na forma de governos totalitários. Essa é uma segunda questão relacionada aos conceitos.

Estado e Nação traduzem o entendimento orteguiano das principais dificuldades vividas pela sociedade ocidental. A crise tinha raízes no comportamento das minorias e maiorias sociais. Ela revela o desafio político maior daqueles dias, a saber, recompor as relações sociais de modo que as minorias voltassem a exercer o papel histórico de liderança nacional. As dinâmicas da nação e do Estado revelam dois movimentos diversos, avalia Ortega y Gasset. O Estado espanhol era um organismo doente, fragilizado, incapaz de enfrentar suas dificuldades e à nação cabia reformá-lo. A recomposição do papel da minoria conseguiria refazer o esqueleto estatal, depois de promover a educação política das massas. A reforma do Estado pela criação dos parlamentos regionais, fortalecimento das capitais nas províncias, superação do caciquismo, implantação da República, reforma administrativa do Estado, resumiam o que ele denominava de nova política.

Uma terceira questão fundamental é o vínculo insuperável entre a pertença à nação e ao Estado, parte importante da circunstância vital, e um fundo íntimo pessoal ao qual cada pessoa deve manter-se fiel. Nesse núcleo insubornável está a vocação de cada pessoa, definindo o seu papel no grupo. A fidelidade a si mesmo é fundamental no ajuste do sujeito ao seu papel no grupo. Fidelidade a si e ao meio social são movimentos complementares na

vida das pessoas que não deixam de viver em sociedade pelo fato de possuírem uma vida singular. E essa vida singular é a realidade fundamental, o fato mais importante, “aquele no interior do qual todos os demais fatos ocorrem. Tudo o que não é a vida de cada qual é realidade que deriva dela” (CARVALHO, 2008, p. 119).

Referencias:

CARVALHO, José Mauricio de. Lições de Ortega sobre a vida humana. In: *Ética e Filosofia Política*. Juiz de Fora, Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1 (1): 81-89, jul./dez. de 1996.

_____. *Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset*. Londrina: CEFIL, 2002.

_____. Ortega y Gasset, um interlocutor ainda atual. In: CARVALHO, José Mauricio de (Org.). *Atas do Colóquio Internacional Ortega y Gasset*. São João del-Rei, Editora da UFSJ e Club de Filosofia Prática da Espanha, 2003.

_____. O diálogo entre o raciovitalismo de Ortega y Gasset e o pragmatismo de William James. In: FERREIRA, Artur (Org.). *Pragmatismo e questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Arquímedes/ GT pragmatismo da ANPOF, 2008.

_____. O conceito de circunstância em Ortega y Gasset. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 43 (2): 331-346, out. de 2009.

_____. O século XX em *El Espectador* de Ortega y Gasset: a crise como desvio moral. In: *Argumentos*. Universidade Federal do Ceará. Revista do programa de Pós-Graduação em Filosofia. Fortaleza: Editora da UFC, v. 2: (4), 9-18, ago-dez. 2010.

HEGEL, Georg W. F. *Introdução à História da Filosofia* (Os pensadores). 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ORTEGA Y GASSET, José. Antitípicos. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Circular. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Discurso em Leon. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Discurso en Oviedo. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. El error Berenguer. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Entreacto Polémico. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Hacia un partido de la nación. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Ideas Políticas. 2ª reimpresión. *Obras completas*. v. XII. Madrid, Alianza, 1994.

_____. Imperativo de Intelectualidad. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Puntos esenciales. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Rectificación de la República. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Siguen los problemas concretos. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Sobre la Vieja Política. 2ª reimpresión. *Obras completas*. v. XII. Madrid, Alianza, 1994.

_____. Un proyecto. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

_____. Vaguedades. 2ª reimpresión. *Obras Completas*. v. XII. Madrid: Alianza, 1994.

State and Nation in the Ortega y Gasset's thought

Abstract: This article examines the significance of State and Nation in the thought of Spanish philosopher Ortega y Gasset. The terms are important for revealing in its political thinking, either because they are based on the practices of so-called new policy, either because they explain the theoretical aspects of his vision of minorities and their understanding of liberalism.

Key words: Politics; Nation; State; Minorities; Society.

Data de registro: 03/12/2010

Data de aceite: 24/02/2011